

S.



R.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2024

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e cinco minutos, no Auditório Manuel Faria da Casa da Cultura de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do art.º 16º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes, o Executivo Municipal, os funcionários de apoio da Câmara Municipal, os membros da Assembleia, bem como os presidentes de junta e união de freguesias e o público que acompanha esta sessão através da página do *Facebook* do Município. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à segunda secretária para proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. -----

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás; Orlando Alberto Morais Borges; Carla Maria Bravo Franco; Carlos Manuel Gomes Alendouro; Catarina Afonso Mesquita e Mota, em substituição de Maria João Martins, e por impedimento da Senhora Helena Sofia Pantaleão Lisboa, do Senhor José António Martins Correia e da Senhora Joana Isabel Vargas Ribeiro; Inês Alexandra Carvalho Herdeiro, António Manuel Aires Correia e Domitila de Fátima Morais Branco. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE AGROBOM, SALDONHA E VALPEREIRO, Eduardo Manuel Morais Almendra; da FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, pela sua Presidente, Maria do Céu Cordeiro Martins Lopes; da FREGUESIA DE CEREJAIS, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, Hêlio José Madureira Aires; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES, pela representante do seu Presidente, Elisabete Maria Videira Inês Lourenço; da FREGUESIA DE VILARELHOS, pela sua Presidente, Célia Cristina Sá Alcarva Pancha. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Manuel Simões Martins, Bruno Miguel Rebouta Rachado, Clara da Conceição Sousa Alves, Bruno Henrique Simões Veríssimo, Daniel Guedes dos Santos Martins, Ivanete Solange Carona Escobar. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, pelo seu Presidente, Pedro Miguel Carpinteiro Bravo. -----

----- Esteve representada a JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE, pela Tesoureira, Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes. -----

----- A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO, foi representada pela sua presidente, Otelinda Sofia Pereira Jacinto. --

----- Verificaram-se as ausências, do presidente da Junta de FREGUESIA DE VILARES DA VILARIÇA, José Alberto Vilares Reis, que justificou a sua falta, informando que iria ser representado pela tesoureira Daniela Morais, mas que não compareceu. -----

----- Por fim, verificou-se a ausência do membro Carlos Manuel Reboredo Almendra, que não justificou a sua falta. -----

S.



R.

*Handwritten signature in blue ink*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Assim, verificaram-se vinte e cinco presenças e duas ausências. -----  
----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa, deu, de seguida, continuidade aos trabalhos, com a seguinte ordem do dia: -----

----- **1. Período Preliminar ao Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento):** -----

----- a) *Informações gerais e expediente;* -----

----- b) *Aprovação das atas das sessões anteriores;* -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento);** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento):** -----

----- a) *Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – para **CONHECIMENTO**;* -----

----- b) *Relatório de Monitorização do plano de ajustamento Municipal a 31 de março de 2024, nos termos do artigo 29.º, da lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM 2ª Revisão extraordinária – para **CONHECIMENTO**;* -----

----- c) *Acordos de Financiamento referentes às compensações por serviço público de transporte a pagar aos operadores - para **APROVAÇÃO**;* -----

----- d) *2ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2024 – para **APROVAÇÃO**;* -----

----- e) *1ª Alteração ao Organograma e Regulamento Interno dos Serviços Municipais – para **APROVAÇÃO**;* -----

----- **4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto: -----

----- **1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento)** -----

----- a) *Informações gerais e expediente:* -----

----- Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, informou que não se verificou durante este período da última sessão até à presente data, nenhuma entrada de expediente e também não havia informações gerais para comunicar. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao sub-ponto: -----

----- b) *Aprovação das atas das sessões anteriores (Sessões ordinárias dos dias nove de dezembro de dois mil e vinte e três e dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro.* -----

----- Informou que estavam presentes as atas das sessões ordinárias dos dias nove de dezembro de dois mil e vinte e três e dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. Pedeu a compreensão de todos, uma vez que a primeira foi antecipadamente enviada a todos os membros da Assembleia, mas a última tinha sido enviada no dia anterior. Disse depois que se não vissem inconveniente votariam as duas, caso contrário votariam apenas a de dezembro. Após todos terem concordado que poderiam ambas ser votadas e aprovadas, passaram à votação das mesmas tendo ambas sido, aprovadas, por **UNANIMIDADE**, dos membros presentes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte. -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento)** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, perguntou aos Senhores Deputados quem se pretendia inscrever neste ponto, tendo-se verificado as inscrições dos Senhores Deputados Municipais Daniel Martins, Carlos Alendouro, Bruno Veríssimo e Oriando Borges. -----

----- Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Municipal, **Daniel Martins**. Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que pretendia fazer uma sugestão à Assembleia Municipal no sentido de os deputados poderem vir a ter acesso a um microfone, ao invés de subirem ao palco para intervir, pois isso iria privilegiar mais um discurso do que um debate. Isto porque, disse, têm de subir ao palco fazer as perguntas todas que pretendem e depois sentarem-se para ouvir as respostas, mas caso quisessem reformular a pergunta evitaria terem de voltar a subir, dando o exemplo da Assembleia República, onde os deputados podem intervir nos seus próprios lugares. Continuando, o



S.



R.

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Senhor Deputado Municipal, Daniel Martins, disse que gostaria de saber se podem informar quando é que o Lagar D'El Rei irá abrir, pois era suposto já ter sido inaugurado, perguntando depois o que se estava a passar e se era um problema do Município ou da própria empreitada ainda não ter sido entregue. Perguntou depois, caso fosse esta última hipótese, se o Município vai pedir a indemnização que o Executivo já tinha informado poderia vir a pedir. De seguida, pretendia saber o mesmo para o caso da obra da Ampliação da Zona Industrial, ou seja, para quando é que se previa a entrega dos lotes e o porquê daquela demora. O Senhor Deputado Daniel Martins referiu depois que devemos ter consciência de que os investimentos se estão a perder, pois os empresários não esperam, pois se não lhes é entregue um lote para investir em Alfândega da Fé, irão procurá-lo noutra Município. Entretanto, voltou a insistir com a questão das lombas a caminho da Zona Industrial, pois não é o único a insistir, pedindo para lhe darem um "jeitinho", pois tinham-se comprometido a fazê-lo, bem como a retirar a sinalização. O Senhor Deputado Daniel Martins disse depois que gostaria de saber o que o Município estava a fazer ao nível da eficiência hídrica e da poupança de água, nomeadamente na rega dos espaços verdes, uma vez que é um dos maiores contribuintes para o gasto de água. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deixava que todos intervissem e no final passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer. Entretanto, relativamente à questão do som que o Senhor Deputado Daniel Martins referiu, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, explicou que a sala onde se encontravam, não estava preparada para ter microfones fixos à semelhança dos que se encontram na Assembleia da República. No entanto, disse que poderá verificar, junto dos serviços técnicos, se é possível terem um microfone portátil para quem pretender usar da palavra a partir do seu banco. Contudo disse que se vier falar ao palco, tem sempre a vantagem de ser transmitido em direto nas redes sociais. No entanto, o Senhor Presidente da Assembleia informou que, tanto numa circunstância como noutra, não pode haver diálogos, na medida em que as intervenções são sempre mediadas pelo Presidente da Assembleia e atribuída a palavra por ele. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Deputado **Carlos Alendouro**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que a Festa da Cereja se tem afirmado cada vez mais na nossa Região e isso confirmou-se nesta última edição pela grande aderência que teve. Continuou a sua intervenção, parabenizando a Câmara Municipal e todas as pessoas que estiveram envolvidas pelo excelente programa que apresentaram e pela diversidade que se viu ao longo dos dias. Disse que foi uma excelente Festa da Cereja e que estiveram presentes na Festa muitas pessoas do Distrito e fora do Distrito de Bragança e que disseram, inclusive, que esta Festa é uma afirmação da nossa Região. Entretanto o Senhor Deputado Carlos Alendouro propôs um Voto de Louvor à equipa de Sub-13 de Futsal da Associação Recreativa Alfandeguense, pois este ano foi campeã distrital. Destacou também o excelente trabalho que tem vindo a ser feito nas camadas jovens desta Associação e prova disso foi a presença de vários jovens desta localidade nas seleções distritais durante esta época. Informou que na Equipa de Sub-15 foram vários jogadores à Seleção e foram convocados dois que representaram muito bem as Seleções Distritais nos Torneios que tiveram. Continuando, informou que a Equipa de Sub-13, que foi a Equipa Campeã, teve vários representantes em vários treinos das Seleções Distritais, nomeadamente quatro, que representaram a Seleção Distrital da Associação de Futebol de Bragança e que um deles representou, ao mais alto nível, a Seleção Nacional de Sub-13. Por isso espera que nos próximos anos ele possa continuar e pelo facto de terem sido Campeões, quis destacar este Voto de Louvor que passou a ler e fica transcrito nesta Ata: -----

----- " *A Equipa de Futsal Sub 13 (Infantis) da Associação Recreativa Alfandeguense sagrou-se campeã distrital da época 2023/2024 da Associação de Futebol de Bragança. Algo que já não acontecia há cerca de 18 anos, um feito que deixa orgulhosos os Alfandeguenses. Pelo prestígio alcançado, para além do orgulho que trouxe, quer a atletas, técnicos, dirigentes, familiares e massa associativa, considera-se de toda a justiça e pertinência o reconhecimento desta Assembleia Municipal a todos os intervenientes que desenvolvem esforços para o êxito da Associação Recreativa Alfandeguense, o que contribui para o desenvolvimento da prática desportiva no nosso concelho, nomeadamente junto dos mais jovens.* -----



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Assembleia Municipal de Alfândega da Fé reunida em sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e vinte e quatro delibera aprovar um voto de louvor à equipa de Futsal de sub 13 (infantis) da Associação Recreativa Alfandeguense." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia intervir relativamente a este Voto de Louvor. Não havendo intervenções, foi o Voto de Louvor colocado à votação, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**, dos membros presentes. -----

----- Continuando, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Deputado **Bruno Veríssimo**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que pretendia saber o ponto da situação relativamente à ação judicial que foi interposta pela empresa que está na Zona Industrial. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara comunicou que tomou a decisão em consciência, tendo sido a melhor decisão encontrada, mas perguntou se era uma decisão que irá afetar "os bolsos" dos alfandeguenses e se já havia novidades dessa ação judicial. Continuando, referiu-se ao Concurso Público que foi feito em dois mil e dezassete, da Requalificação e Aproveitamento Turístico do Espaço Envolvente à Barragem da Esteveíña. Disse que neste Concurso Público foi assumido e constava que, caso o investimento não fosse feito, os terrenos deveriam voltar para o erário público, com alguns custos, mas que deveriam ser recebidos novamente. Disse que este assunto já tinha sido discutido em reuniões de câmara, mas continuavam sem respostas. Informou depois que trazia o documento referente ao concurso público, que pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se era possível ficar em anexo a esta Ata para não ficar esquecido. Referiu que pôde constatar, nos últimos tempos, que os terrenos que foram cedidos aos empresários para um investimento turístico estavam a ser plantados e perguntou o que pode vir a acontecer. Alertou depois para o facto de quando receberem os terrenos poderão ainda ter de vir a pagar as mais-valias ou benfeitorias que foram feitas nesses terrenos e para além disso poderão vir a lesar "os bolsos" dos alfandeguenses. Continuando, o Senhor Deputado Bruno Veríssimo disse que queria deixar um alerta, pois o seu filho também pratica o desporto em causa. Disse que foi criada e inaugurada uma Escola Náutica em Alfândega da Fé mas que se terão esquecido de dar as condições mínimas à prática daquele desporto. Entende ser um desporto inovador e muito bom para todos, até porque foram feitos vários investimentos, desde equipamentos a outros e para além disso o desporto em si estava a correr muito bem, mas não há balneários para os miúdos poderem trocar as suas roupas e saírem da escola para a Barragem com os fatos vestidos não era exequível, bem como virem da Barragem molhados até à escola também não. Por isso, sugeriu poderem aproveitar alguns contentores que se estavam a degradar e colocá-los naquele sítio para esse efeito, uma vez que sabia que naquela localidade poderá ser difícil edificar um edifício para esse efeito. Por fim, o Senhor Deputado Municipal, Bruno Veríssimo, referiu-se a uma esplanada que foi edificada no Mercado Municipal. Disse que na altura, o Senhor Presidente da Câmara foi alertado em reunião de câmara que poderia ser uma má decisão. Entretanto, optaram por deixar edificar a esplanada e perguntou se neste momento a esplanada vai ser demolida ou vai continuar a existir e se vão ter de indemnizar o proprietário pela sua demolição, caso aconteça, ou seja, quis saber qual o ponto da situação deste assunto. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Deputado **Orlando Borges**, que começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que trazia duas parabenizações para apresentar. No passado dia dezassete de junho, o Município foi distinguido com um prémio nacional de sustentabilidade referente ao Projeto Greenvalue. Explicou que este projeto consistia na aplicação de lamas em zonas florestais, ou seja, disse que estava a funcionar a economia circular e a sustentabilidade ao mais alto nível. Para além disso, disse que se trata de um projeto que foi implementado no Concelho de Alfândega da Fé, reiterando que foi distinguido com o prémio nacional de sustentabilidade e foi promovido pelo Jornal de Negócios, a nível nacional. Explicou que o projeto é co-financiado pelo Programa COMPETE 2020 e foi promovido pelo consórcio de parceiros constituído pela UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Empresa Resíduos do Nordeste, pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé e pelas Uniões de Freguesia de Pombal e Vales, Gebelim e Soeima e Ferradosa e Sendim da Serra e também pela empresa Águas do Norte, sendo esta última a líder deste consórcio. Referiu que é um projeto inovador e dinamizador e é sempre importante valorizar



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

e realçar estes projetos, até porque se encontravam presentes os presidentes das respetivas União de Freguesias e representante. De seguida, quis ainda apresentar os parabéns porque havia mais um português a ocupar um alto cargo na União Europeia, como Presidente do Conselho Europeu, mais concretamente o Senhor António Costa. Disse que esta congratulação surge não só por ser um cidadão português a ocupar o lugar, mas também pelo facto de ter sido um ótimo primeiro-ministro, na sua visão pessoal, e também o foi na visão de muitos outros portugueses, mas também porque é um português de consensos e um socialista nato e que é um homem necessário na União Europeia. -----

----- Terminadas as intervenções dos membros que se inscreveram para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder às devidas explicações e esclarecimentos solicitados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes, bem como os munícipes que assistiam a esta sessão através da página da rede social *Facebook* do Município. Continuou respondendo, em primeiro lugar, às questões colocadas pelo Senhor Deputado Daniel Martins e relativamente à primeira questão, disse que a mesma foi respondida e que será da forma como for mais conveniente para os senhores deputados, uma vez que existem micros na Casa da Cultura e crê que se os micros estiverem ligados à mesa de som, as intervenções ficarão gravadas, mas será uma questão que poderá ser vista e colocou-a à consideração do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente ao Lugar D'El Rei, o ponto da situação é que efetivamente têm um problema, não que diga respeito ao Município, nem à vontade que têm em concluir aquela obra, mas sim pelo facto de o empreiteiro ainda não ter "fechado" a obra, pois ainda faltam alguns pormenores importantes. Para além disso, disse que a obra apresenta alguns defeitos, devido à má realização de alguns trabalhos. Deu o exemplo de que ao colocar o "deck" na varanda, furaram a tela fazendo com que a água entrasse e tinham paredes de pladur com o gesso a ficar podre e em mau estado, pelo que têm que fazer estas retificações. Disse depois que, por isso, não poderão fazer a sua inauguração nem a sua finalização enquanto os trabalhos não estiverem todos concluídos. Gostariam muito de já ter feito a inauguração daquele espaço por todos os motivos, gostariam muito que já estivesse aberto para a Festa da Cereja e inclusive já tiveram várias datas previstas para sua inauguração, nomeadamente uma apresentação em direto, com o Chef Marco Gomes, no programa da RTP, da Praça da Alegria, mas infelizmente, não foi possível. Agora a informação que têm da fiscalização da obra é que durante o mês de julho será concluída. Relativamente ao transtorno financeiro que este atraso da obra trouxe, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, explicou que não irá haver nenhum, pois a obra, em termos financeiros, daquilo que é a execução do nosso FEDER, estava concluída, apesar de ainda estar uma fatura final de cerca de quarenta e cinco mil euros, mas não será dada como finalizada, enquanto estes trabalhos não ficarem todos concluídos, reiterando que espera durante o mês de julho estes trabalhos fiquem mesmo encerrados e a partir daí poderão tomar posse definitiva do edifício. Relativamente à indemnização, pelo não cumprimento das datas de execução da obra, o Senhor Presidente da Câmara informou que essa situação estava a ser tratada, mas só poderão fazer as contas finais quando a obra for definitivamente entregue. No que diz respeito à Zona Industrial, o Senhor Presidente da Câmara informou que tinham perdido essa causa, ou seja, disse que foram recorrendo da decisão do Tribunal Administrativo de Mirandela nas várias etapas do processo. Entretanto o assunto chegou ao Supremo Tribunal e perderam a causa. Informou que na próxima semana, no dia quatro de julho, irão ter uma reunião com o empreiteiro da obra e com os advogados de ambas as partes para verem a melhor forma de resolver esta questão. Explicou que poderão ter de pagar uma indemnização ao empreiteiro que reclamou e que lhe foi dada razão pela reclamação que apresentou. Entretanto o Senhor Presidente lembrou que não tinham muita alternativa porque não podiam perder o projeto da Zona Industrial. Lembrou também todos os percalços que esta obra teve. Informou que depois da reunião do dia quatro de julho dará o *feedback* de como procederão. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, respondendo ainda às questões do Senhor Deputado Daniel Martins, e no que dizia respeito às lombas referidas, têm vontade de corrigir duas delas nesta fase das obras na Zona Industrial, mas esclareceu que não foi possível chegar a acordo com o empreiteiro. Entretanto, como todos sabem, disse, têm uma segunda fase, com uma candidatura já aprovada, no âmbito do Fundo Ambiental do Baixo Sabor e a vontade que têm é que



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

nesta fase seja feito um ajustamento a duas lombas. Explicou que não vão ser retiradas, porque elas foram solicitadas pelos munícipes e elas estão ali para dar segurança às pessoas e aos munícipes que ali vivem e circulam por esta avenida. Para além disso, esclareceu que estas lombas vieram trazer passadeiras que não existiam nesta avenida. Relativamente à entrega de lotes que foi questionada, o Senhor Presidente da Câmara lembrou e explicou novamente que não quer adjudicar lotes a empresários sem estar tudo devidamente registado e sem poderem logo de imediato fazer a respetiva escritura do lote à respetiva empresa para que tenham total autonomia para fazerem aquilo que entenderem. Informou depois que foram detetados vários problemas naquele loteamento, na medida em que, por um lado, havia a necessidade de fazer a correção na Conservatória para poderem inscrever a sétima alteração que previa a ampliação. Explicou depois que o processo foi muito moroso na Conservatória e por isso decidiram contactar outra Conservatória para fazer o serviço, pelo facto do respetivo Conservador ser uma pessoa da terra que se disponibilizou para ajudar. Entretanto, foram detetados outros problemas na zona antiga da zona industrial porque havia áreas duplicadas. Disse que este assunto já tinha sido discutido em reunião de câmara e tiveram de fazer alguns processos administrativos para retificar as áreas. Esclareceu que este problema já estava resolvido e lamentou que de facto este processo tenha demorado muito tempo, mas informou que da conversa que tinha tido com o Senhor Conservador, durante a próxima semana o processo ficará resolvido e que por isso esperava que no mês de julho possa já fazer concursos para a entrega dos lotes aos empresários. Quanto à eficiência hídrica, disse que nos últimos anos, têm estado a abandonar a rega em alguns jardins, na sequência da transformação que neles está a ser feita e que, por isso, têm estado a apoiar as associações e juntas de agricultores na implementação da telegestão, informando que já o fizeram na Barragem da Camba e estavam a fazê-lo na Barragem da Esteveinha, na Associação de Beneficiários e Regantes de Alfândega da Fé, estando a respetiva obra já a concurso. Espera que possa brevemente ser adjudicada para poderem implementar a telegestão e serem mais eficientes. Informou que o Município tem estado a ajudar na candidatura e em tudo o que é possível para que este processo seja implementado e executado. Para além disso, disse que estão junto das entidades competentes a pugnar para que se inscrevam, no Plano Regional Hídrico que está a ser feito pela Agência Portuguesa do Ambiente, investimentos que estão a ser feitos, nomeadamente na Barragem de Sambade e na linha de água que separa Vila Nova de Soeima, um transvase para que possam reforçar a Barragem de Sambade e da Esteveinha para poderem ter mais eficiência hídrica nos recursos naturais que têm para assim poderem aumentar a resiliência no abastecimento humano, pois infelizmente, há dois anos, estiveram muito perto da rutura na Barragem de Sambade, o que atualmente não acontece, pois, felizmente, as barragens estão cheias, mas pode voltar a acontecer. Continuando e, relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Alendouro, quis agradecer pelos parabéns que deu à realização da Festa da Cereja. Disse que não era mérito deste Executivo, mas sim de todos os alfandeguenses, instituições, associações, coletividades, das nossas crianças, dos nossos empresários, pois eram eles que faziam esta Festa e que o Município apenas disponibiliza alguns meios. Referiu que obviamente, com a experiência que têm tido, têm vindo a fortalecer algumas áreas, têm vindo a comunicar e a divulgar bem a Festa da Cereja, pois é muito importante, mas mesmo assim não estão satisfeitos com tudo, pois gostariam de fortalecer mais os recursos financeiros que têm para fazer ainda mais e melhor. Contudo, disse aprazer-lhe essa parabenização que fez. Continuando, informou que receberam *feedbacks* muito positivos e espera que para o próximo ano possam vir a fazer uma Festa ainda melhor. Entretanto, disse que também se associam ao voto de louvor feito à nossa grande Equipa Campeã de Sub-13 de Futsal, pois têm muito orgulho nestes nossos jovens. Disse que foi muito bonito ver no jogo final destes campeões os mais pequeninos, vestidos a rigor e participarem nesta festividade. Deu depois os parabéns ao ARA – Associação Recreativa Alfandeguense, aos técnicos, aos pais destas crianças, pois fazem muito esforço para que os filhos pratiquem desporto. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que ofereceram uma viagem de barco a estas crianças, no dia do Feriado Municipal para darem uma volta nos Lagos do Sabor. Para além disso disse que têm vontade de os receber no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho logo que seja possível. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara, referindo-se às questões levantadas pelo Senhor Deputado Bruno Veríssimo e no que diz respeito ao projeto da Barragem da Esteveinha, disse já tinha informado que vão revogar esta concessão que fizeram aos empresários e que este processo



S.



R.

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

estava no Gabinete Jurídico do Município já há algum tempo e que tem pedido incessantemente que avancem com esta tomada de posição, dizendo depois que esta chamada de atenção era boa e esperava que, brevemente, possa levar uma proposta à reunião de câmara para que possa ser feita essa revogação. Lembrou que há uns anos foi feita esta concessão com vista a um processo turístico, mas esse projeto não avançou por diversas condicionantes que estavam a ser impostas, bem como pareceres negativos de entidades que tutelam aquela zona envolvente à Barragem da Esteveinha e os empresários “deixaram cair” esse projeto, explicou. Relativamente à Escola Náutica, o Senhor Presidente da Câmara, concorda com o que disse o Sr. Deputado e afirmou que gostariam de poder “andar mais depressa”, mas estão à espera de oportunidades financeiras para que possam continuar a fazer esse investimento e essa melhoria nas infraestruturas, pedindo depois desculpa aos pais e professores porque sabem que estão com algumas dificuldades pelo facto de saírem molhados. Lembrou também que se tratava de um projeto-piloto e brevemente será feito um ponto da situação, informando depois que pretendem fazer uma candidatura, no âmbito da escola, para ver se conseguem algum financiamento para mais equipamento e material para esta Escola Municipal Náutica e logo que seja possível, pretendem, no âmbito do próximo Quadro Comunitário, fazer uma intervenção muito importante nos Lagos do Sabor, na zona do Sendim da Ribeira, no sentido de criarem um ponto de acesso com todas as condições de segurança para as nossas crianças e também para quem pretender fazer uso da água nos Lagos do Sabor. Referindo-se depois à questão da esplanada do Mercado Municipal, o Senhor Presidente da Câmara informou que já tinham aprovado em reunião de câmara a demolição dessa esplanada, que, na altura da pandemia COVID-19 decidiram aprovar a realização deste tipo de esplanada neste e noutros bares/café, no sentido de dar melhores condições aos empresários para receberem os seus clientes. Entretanto, passados estes anos chegaram à conclusão que este espaço não está a ter uso e que o empresário não tinha atingido os objetivos que pretendia para aquele espaço, a obra não tinha ficado bem construída, pois avançou mais do que aquilo que lhe foi autorizado e impedia o acesso a um PT público de energia e para além disso existiam outros problemas que também levaram a que este assunto fosse discutido em reunião de câmara e tivesse sido dada ordem da respetiva demolição. Referiu que a decisão foi feita em acordo e diálogo com o empresário, pois não querem o prejuízo de ninguém. Entretanto, devido à legislação em vigor, aquele espaço não cumpria as regras de segurança exigidas para a prevenção de incêndios e por todos estes motivos foi decidida a sua demolição e vão dar um apoio ao empresário para o ajudar à demolição e ao transporte dos bens para outro local que ele indique, na medida em que entendem ter alguma responsabilidade que, entretanto, tinha sido reconhecida pelo Chefe da Divisão de Urbanismo. Continuando, referiu-se ao assunto do Greenvalue apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Orlando Borges. O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, associou-se aos parabéns que ele deu a este projeto, pois foi um projeto executado em tempo record do último Quadro Comunitário no âmbito do Programa REACT-EU, financiado a 100% (cem por cento). Explicou que foi um desafio lançado pela empresa Águas do Norte, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pela Resíduos do Nordeste. Destacou a presença do Senhor Diogo Lamas, dizendo que foi um pilar importante, pois também ajudou a que este projeto viesse para o nosso território, agradecendo-lhe por isso. Agradeceu também aos nossos presidentes das Uniões de Freguesias, Pedro Ricardo Carvalho, Diamantino Mário Lopes e Hélio Aires. Disse que foram muito corajosos porque havia muitas condicionantes para que este projeto tivesse sucesso, mas essas dificuldades foram superadas e atualmente apraz-lhe ver mais de quarenta hectares de área florestal reabilitada, plantada de novo e sermos um exemplo a nível nacional, pois já vão no segundo prémio atribuído, têm futuras áreas de estudo e têm três estações meteorológicas no território, que vão também melhorar a cobertura no território e na região, reiterando os parabéns e o agradecimento a todos os intervenientes, explicando que o Município apenas serviu de interlocutor. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período antes da ordem do dia e passou depois à leitura do ponto três, que é o Período da Ordem do Dia e que a seguir se transcreve: -----

### ----- 3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento) -----



S.



R.

*[Handwritten signature and initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- a) **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, que, por sua vez, remeteu para a informação, datada de vinte e um de junho de dois mil e vinte e quatro, previamente enviada a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. Disse depois que se tratava da habitual informação que vinha para conhecimento dos senhores deputados municipais que contempla um resumo de toda a atividade municipal com foco maior dos últimos dois meses. Informou que vinha com a informação genérica da Divisão Financeira, passando depois para a Divisão de Urbanismo e Território, realçando, nesta parte, o trabalho que esta Divisão estava a fazer no processo de Revisão do PDM, explicando que está a decorrer com as dificuldades e complexidades normais neste tipo de processo. Informou ainda que em breve farão a reunião plenária final para poderem encerrar este trabalho, que espera aconteça até ao final de julho/agosto, para depois poder estar em discussão pública para que posteriormente possa entrar em vigor e servir as expectativas do nosso território e dos respetivos empresários e habitantes. Continuando, referiu que a Divisão de Urbanismo e Território manifesta bem as dificuldades que têm vindo a sentir nos recursos humanos e relativamente a esta matéria, cuja questão foi levantada pelo Senhor Deputado Daniel Martins na última Assembleia, havia uma pequena melhoria, no sentido de que foi feita uma mobilidade interna de uma Assistente Técnica de outra área para esta Divisão, no sentido de melhorar o apoio administrativo desta Divisão. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que esta informação não vinha nos moldes habituais que o Arquiteto Rui Gonçalves costumava fazer, pois tem estado muito limitado em questão de tempo. Informou ainda que os licenciamentos continuavam a aumentar no nosso Município, frisando que era bom, pois era um sinal de vitalidade e que a economia estava a mexer. Continuando, explicou que na Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude constam os principais números na área social, na educação, na cultura, realçando o facto de que em dois meses os serviços de turismo receberam nove grupos, perfazendo um total de quase quatrocentas pessoas em visitas guiadas aos nossos monumentos, património, espaços onde se encontram exposições. Depois disse que na parte final da informação, uma vez que tinha havido um lapso e a mesma foi reenviada no dia anterior, porque não constavam os custos da Festa da Cereja na primeira versão que tinha sido enviada, uma vez que esta informação já tinha sido solicitada na Assembleia em fevereiro, bem como pelos vereadores na reunião de câmara. Explicou que o investimento que era feito na Festa da Cereja é revertido várias vezes nas receitas dos nossos empresários e da nossa economia. Continuando, abordou a Divisão do Ambiente e Serviços Urbanos, destacando o cumprimento integral neste segundo trimestre relativamente à qualidade da água, informando que neste segundo trimestre não tinham nenhum incumprimento em todas as análises que foram feitas nos nossos depósitos, comparativamente ao resultado do primeiro trimestre onde ainda se verificaram alguns incumprimentos, fruto das diversas chuvas que se fizeram sentir naquele período. Disse depois que apesar de não estar referido na informação, o Senhor Presidente da Câmara fez questão de dizer que a Divisão de Águas e Serviços Urbanos, através do seu chefe e dos técnicos, têm prestado um apoio extraordinário na construção da Barragem de Gebelim, quer como gestor de contrato, o chefe da Divisão, Engenheiro Nuno Jacinto, na medida em que participa em todas as reuniões de trabalho, acompanha todos os autos, questões técnicas, dúvidas e acompanha todas as visitas que fazem à obra, realçando, por isso, a importância deste trabalho, dele e das técnicas da Divisão, que não foi traduzida para esta informação, de forma injusta, disse. Continuando, disse que na informação também mostra bem as dificuldades que têm nos recursos humanos nesta área, nomeadamente no Serviço de Espaços Verdes, jardinagem e limpeza urbana, uma vez que não têm tido, há muitos meses, candidaturas aprovadas no IEFP. Esta dificuldade de recursos humanos também se faz sentir na área da educação, disse, e que por isso, logo que abram os procedimentos concursais, vão priorizar estas áreas. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu-se à Divisão de Obras de Planeamento, destacando o apoio que têm dado no Programa 1º Direito, na medida em que se trata de um apoio importante nos beneficiários diretos, que dizem respeito às candidaturas dos nossos municípios, dizendo que Alfândega da Fé já tinha um número significativo de candidaturas, algumas em fase de



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

candidatura, outras em obra e outras já concluídas, ou seja, cerca de trinta habitações, o que ocupava muito tempo da equipa técnica, pois passa muitas horas a ajudar os munícipes a fazer trabalhos relacionados com este projeto, desde pedidos de pagamento, esclarecimentos relativos à documentação a entregar, contactos que têm de ser feitos ao IRHU, etc. Lembrou depois que Alfândega da Fé era dos Municípios mais avançados nesta matéria. Continuou informando que já tinham recebido na semana anterior o contrato de aprovação da candidatura do Município, relativamente às casas que já são sua propriedade, para a criação de habitação social. Explicou que já tinham uma primeira candidatura aprovada, relativamente às casas que adquiriram e agora tinha vindo a segunda candidatura aprovada, relativamente a outras casas, que também eram propriedade do Município. Informou ainda que o Município de Alfândega da Fé irá ser financiado a 100 % (cem por cento) pelo PRR, no âmbito deste projeto, às candidaturas realizadas até janeiro do corrente ano, explicando depois que as restantes candidaturas poderão já não ser financiadas a 100% (cem por cento), uma vez que o limite foi atingido em janeiro. Entretanto informou que estavam a desenvolver os projetos de execução, na área da habitação social, em parceria com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, tendo já alguns estudos avançados, nomeadamente, o estudo preliminar já tinha sido entregue à Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos, outros já estavam na Vila, isto porque tinham "de dar corda aos sapatos", porque não tinham muito tempo, ou seja, tinham dois anos para executar estes projetos e que por isso, querem ver se durante o mês de julho ainda conseguem lançar os primeiros lotes para habitação social no nosso Concelho. Informou depois que estavam a preparar o procedimento concursal para a rede de rega de Vilarchão-Parada. Lembrou que o Senhor Ministro da Agricultura lhes tinha dado o prazer de presidir à abertura da Festa da Cereja e também de visitar as obras da construção da Barragem de Gebelim, tendo ficado muito bem impressionado com todo o trabalho que fizeram e que estavam a fazer para a sua construção, bem como do nosso regadio. Disse que ainda tinham que promulgar o reforço da verba para poderem lançar esta obra, apesar de ter deixado uma mensagem positiva e espera, em breve, poder ter essa boa notícia. No entanto, explicou que o "trabalho de casa" estava a ser feito, ou seja, estão a preparar o programa do procedimento para que logo que tenham esse reforço, poderem lançar essa obra tão importante e que irá complementar a construção da Barragem de Gebelim. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara informou que também ajudaram a elaborar duas candidaturas no Aviso para a melhoria de acessibilidades a Edifícios Públicos na freguesia de Sambade, que espera virem aprovadas, nomeadamente para a melhoria das acessibilidades à Junta de Freguesia e também ao CIT – Centro de Interpretação do Território. Para além disso, disse que também apoiaram na elaboração dos procedimentos de concurso para ver se conseguem, desta vez, fazer as obras nos cemitérios das freguesias de Vilarelhos e Sambade, sendo desta última uma requalificação de um muro de suporte de terras e em Vilarelhos a ampliação do mesmo, pois trata-se de procedimentos urgentes. Informou que os concursos já estavam a decorrer. Depois informou que também apoiaram, com treze mil euros, o asfaltamento de uma rua em Vilarelhos, complementarmente a uma intervenção que estava a ser feita a uma rede de regadio, um projeto da Associação de Beneficiários do Vale da Vilarça e o Município foi desafiado a não deixar um troço de uma rua por pavimentar, não podendo deixar de o fazer, apesar de não estar previsto no Orçamento. Continuando, informou que também estavam a acompanhar a obra de requalificação da escola de Picões e que estava a decorrer em bom ritmo, sendo que era um trabalho muito importante para a freguesia e que irá dignificar muito aquele espaço, ou seja, será mais um equipamento importante, no âmbito dos Lagos do Sabor e também para todas as atividades que se realizam naquela zona. Referindo-se depois à Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, o Senhor Presidente da Câmara destacou o mapa de pessoal e a sua atualização, bem como o respetivo Regulamento Interno que vinha também para deliberação nesta Assembleia, sendo também um trabalho muito importante de acompanhamento, bem como a abertura dos procedimentos concursais para recrutamento de novos trabalhadores, que estão a passar por uma primeira fase no sentido de recorrerem à Bolsa de Emprego Pública, uma vez que é um processo obrigatório e só no caso de não haver concorrentes desta Bolsa, é que poderão trazer o assunto à Assembleia para depois procederem à abertura de concurso externo para poderem suprir as necessidades existentes. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se às execuções fiscais, tendo havido uma evolução positiva, ou seja, aumentaram de 43% (quarenta e três por cento) para 47%



S.



R.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

(quarenta e sete por cento) de valor recuperado em termos de atrasos de pagamentos de receitas, sendo a sua maioria referentes ao consumo de água e saneamento. Relativamente ao Espaço Cidadão, o Senhor Presidente da Câmara informou que houve um aumento dos atendimentos feitos por este serviço de proximidade. Por fim, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se ao ponto de situação feito pela Divisão Financeira e face ao último ponto de situação de abril, a melhoria da situação financeira do Município era notória, uma vez que já estavam a implementar a Revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, tendo feito a reestruturação de todo o passivo, a utilização do empréstimo de curto prazo de um milhão e duzentos mil euros para liquidar a dívida a curto prazo. Para além disso, informou que foram buscar mais quatrocentos e cinquenta mil euros ao Fundo de Apoio Municipal para continuarem a pagar a dívida a curto prazo. Explicou depois que ainda não tinham feito a execução dos acordos que aprovaram na Assembleia Municipal de Dezembro, junto da empresa Resíduos do Nordeste porque também tinha havido um atraso na resposta deles. Relativamente ao Acordo com a empresa Águas do Norte, este já foi executado mas não estava contemplado nesta informação e por isso, na próxima informação que venha à Assembleia Municipal o ponto da situação financeira será ainda melhor porque o valor da dívida a estas empresas que consta na dívida a curto prazo, vai sair e tudo indica que irão chegar ao final do ano e cumprir novamente os principais objetivos para reduzir o endividamento, disse, e superar os 85% (oitenta e cinco por cento) da taxa de execução do Orçamento Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio dizendo que não obstante o assunto ser apenas para conhecimento, perguntou se alguém se pretendia inscrever para usar da palavra. Não se verificaram inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor desta informação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

### ----- b) **RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL A 31 DE MARÇO DE 2024, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM 2ª REVISÃO EXTRAORDINÁRIA - PARA CONHECIMENTO** -----

----- Neste ponto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, dizendo que era um assunto apenas para conhecimento da Assembleia Municipal. Disse que se tratava do primeiro relatório da "era pós revisão do Programa de Ajustamento Municipal" e que compreendia o período de janeiro a março e que por isso, ainda não contemplava a melhoria significativa que têm nos indicadores, mas o próximo será certamente ainda mais favorável. Deu depois os parabéns à Divisão Financeira pela forma como conseguiu alterar este relatório com mais quadros e com informação mais intuitiva. Entretanto, disse que querem chegar ao final do ano e cumprir a maior parte das metas que têm para cumprir. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para perguntar se alguém se pretendia inscrever para intervir neste ponto. Não se verificaram inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor desta informação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

### ----- c) **ACORDOS DE FINANCIAMENTO REFERENTES ÀS COMPENSAÇÕES POR SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE A PAGAR AOS OPERADORES - PARA APROVAÇÃO** -----

----- Neste ponto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, para explicar que trouxeram este assunto à Assembleia Municipal porque se tratava de uma despesa plurianual e que por isso tinha de ser aprovada a minuta do acordo, bem como a despesa respetiva, na medida em que ultrapassava o valor que esta Assembleia aprovou aquando da Autorização genérica para as despesas plurianuais até cem mil euros. Fez depois uma breve explicação do assunto para que todos percebessem bem o que estava a ser discutido. Informou, assim, que já há alguns anos que os municípios, não só o de Alfândega da Fé, pagavam compensações aos operadores de transportes públicos, para que se mantenham alguns circuitos ativos, porque esses circuitos têm poucos alunos e poucos passes, logo tinham



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

pouca receita e se os municípios não compensarem esses circuitos, os operadores iriam abandoná-los e consequentemente iriam perder a disponibilidade de transporte público, junto das populações e o Município teria de investir e adquirir mais autocarros para poder fazer o transporte dos alunos e não têm condições para o fazer. Por isso, disse, há alguns anos, com a devida autorização da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes têm feito o pagamento destas compensações, com regras definidas, uma vez que não era o valor que o concessionário pretendia. Informou depois que tinham uma autorização que permitia pagar essas compensações que terminou em três de dezembro de dois mil e vinte e três. Explicou que tinham a expectativa de que não seria necessário renovar essas compensações, porque tinham feito um concurso para entregar toda a rede de transportes públicos na CIM-TTM, foi feita a adjudicação à empresa que ganhou esse concurso, mas mais tarde, o concorrente invocou uma questão técnica que estaria mal colocada no Caderno de Encargos, tendo apresentado uma reclamação junto do Tribunal, que, por sua vez, deu razão ao concorrente. Por isso, o concurso teve de ser revogado, disse. O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, explicou depois que estavam a preparar um novo concurso e iam alterar as regras, no sentido de não concessionarem a redes, mas sim, mas sim contratar uma prestação de serviços, com regras, requisitos pré-definidos, e que com esta solução o Município dará uma melhor resposta àquilo que são as expectativas do município e das suas populações. Assim explicou que, para além de terem que ter autocarros novos, irão ter transporte a pedido, um transporte diário na sede do Concelho, com veículos elétricos, pois este tipo de veículos é importante no que diz respeito aos transportes públicos. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou ainda que os municípios irão receber uma verba do Estado para compartilhar o défice nos transportes públicos e que será cerca de cinquenta por cento do valor previsível do contrato. Contudo, informou que enquanto o processo de concurso decorre e seja finalizado irão passar vários meses, pelo que tiveram de trazer esta proposta, mediante um parecer, já aprovado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, e, no âmbito dos nove municípios, ou seja, fazer a prorrogação do pagamento destas compensações desde três de dezembro de dois mil e vinte e três até trinta e um de maio de dois mil e vinte e cinco, uma vez que entendem ser o período de tempo necessário para poderem concluir todo o processo. Informou que irão ter um aumento de cerca de quarenta mil euros, por ano, com o pagamento destas compensações, mas não podem fazer nada, pois estes valores estavam previstos no Estudo de viabilidade económica que foi feito pela CIM-TTM. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara disponibilizou-se para eventuais questões que os senhores deputados municipais quisessem colocar. -----

----- Inscreveu-se para intervir o Senhor Deputado Bruno Verissimo, dizendo que o que acontece com a prestação de serviços públicos, para as pessoas que moram no interior, é que todos os dias estamos a financiar do nosso bolso, com os nossos impostos, os passes públicos que são injetados onde há serviços públicos, como Lisboa e Porto, e que quando querem ter um serviço nas nossas freguesias e na nossa sede de Concelho, acabam por ter que indemnizar pelo serviço degradante que o operador presta. Disse depois que esta iniciativa que a CIM-TTM vai ter no próximo ano, certamente será uma boa iniciativa, mas gostaria de ver essa responsabilidade no próprio Município, com os funcionários desse Município. Contudo lamentou pelo facto de termos que indemnizar por um serviço público de fraca qualidade, que põe em causa a segurança do transporte das nossas crianças, dos idosos e não funciona, pois durante o período letivo ainda há alguns transportes, mas em tempo não letivo, acontece uma vez por semana e por especial favor, disse. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea c) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, nos termos e para os efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o mencionado na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o n.º 3771 (três mil setecentos e setenta e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), o seguinte: -----

----- 1. Autorizar, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Acordo relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelo município, nos termos da minuta constante do Anexo IV à



S.



R.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

proposta, anexa à informação técnica supra identificada, acordo esse que é complementar ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado, em 14 de dezembro de 2016 entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e o Município de acordo com o critério de repartição descritos nos Estudos constantes do Anexo I à referida proposta; -----

----- 2. Autorizar, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e compromissos plurianuais da responsabilidade do município, associados à celebração do acordo relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelo município enquanto autoridade de transportes, nos termos previstos na minuta do acordo que figura no Anexo IV à referida proposta, com a repartição de encargos e compromissos plurianuais nos anos económicos 2024 a 2025 prevista na proposta de repartição de encargos e compromissos plurianuais constante do Anexo III à proposta. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **d) 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2024 – PARA APROVAÇÃO;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, que explicou que, a realidade dos recursos humanos que têm é uma realidade bastante dinâmica e que por isso e pela fase dos procedimentos concursais pela qual estão a passar, no sentido de afinar as prioridades que têm e também atualizar aquilo que é a realidade, como consolidações de mobilidades, reformas, pré-reformas, decidiram trazer esta segunda alteração que previa, de uma forma muito sucinta, dezoito alterações na criação de postos de trabalho, mas que na sua maioria eram mobilidades internas que iam de uma categoria para outra e situações a elas associadas, explicando depois algumas. Entretanto, disse que também se tratavam de dezasseis extinções devido às dinâmicas anteriormente explicadas associadas às questões das mobilidades. Explicou depois que esta alteração era um ajustamento do pessoal àquilo que era a realidade do Município, não trazendo qualquer custo adicional na massa salarial do nosso Município. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a segunda Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), anexo à informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, datada de vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o nº 3273 (três mil duzentos e setenta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nos termos nela propostos. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, lendo o ponto seguinte: -----

----- **e) 1ª ALTERAÇÃO AO ORGANOGRAMA E REGULAMENTO INTERNO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – PARA APROVAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares** que iniciou dizendo que este documento estava ligado ao Mapa de Pessoal. Contudo, tratava-se da regulamentação desse mesmo Mapa de Pessoal e daquilo que era o funcionamento dos nossos serviços, bem como daquilo que era a nossa Estrutura Orgânica. Entretanto, disse que esta alteração traduzia, basicamente, três alterações, ou seja, uma era acrescentar uma nova secção na Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, a Secção de Apoio ao Desenvolvimento Socioeconómico e Eventos, na Equipa Mais Economia. A outra alteração tem relação com o facto deste funcionário ser coordenador técnico e como passou para outra Secção, houve a necessidade de extinguir a secção em que ele estava, passando a setor. Entretanto, devido a uma reforma que houve, tinham um coordenador, que era Fiscal, e essa secção passou agora a Setor de Fiscalização. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea e) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar ao abrigo do



S.



R.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

disposto do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, da alínea m) do n.º1 do artigo 25.º, da alínea k) do n.º1 do artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e em cumprimento do disposto do Decreto-lei n.º305/2009, de 23 de outubro, na Lei n.º49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 28.º da anexo I à Lei n.º35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, a primeira alteração Organograma e ao Regulamento Interno dos Serviços Municipais, anexos à informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, datada de 06-06-2024, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o n.º. 3563 (três mil, quinhentos e sessenta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

### Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se pretendia inscrever neste ponto para intervir. Verificou-se a inscrição do Senhor Carlos Simões. -----

----- Usou da palavra o Senhor **Carlos Simões**, começando a sua intervenção dirigindo-se a todos os presentes dizendo que o que o trouxe ali foi decidido naquele momento, pelo facto de nesta Assembleia se debater tudo e mais alguma coisa, mas o ponto principal e primordial é de há vinte anos a esta parte, disse, mas que se tinha agravado, pois não se discutia nada sobre o despovoamento. Alertou para o facto de há cerca de trinta anos atrás haver "dez mil almas" no Concelho e agora eram apenas cerca de quatro mil. Disse depois que se continuar assim vai passar a existir a "política da mercearia", lamentando depois que se não houver fregueses, a mercearia fecha. Perguntou depois o que poderá acontecer a uma Câmara ou a um Departamento qualquer, caso não hajam utentes ou pessoas? Respondeu de imediato que terá de fechar. Insistiu de seguida que o debate primordial terá de ser sobre o despovoamento e sobre a forma de o evitar. Para concluir, o Senhor Carlos Simões gritou em voz alta a seguinte frase, pedindo autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para a repetir três vezes: "Lutemos contra o despovoamento e evitemos o despovoamento" -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Carlos Simões e disse que concordava plenamente com as mesmas. Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, após ter sido solicitada para poder responder e deixar umas palavras ao Senhor Carlos Simões e a todos os alfandeguenses, dizendo que se reviu nas palavras dele, na medida em que o despovoamento é, de facto, um flagelo pelo qual todos trabalham e manifestou depois a sua tristeza por continuar a ver um centralismo no nosso País. Disse que muito se tem falado de coesão territorial nos últimos quarenta anos, desde a adesão de Portugal à União Europeia, mas essa coesão continua por concretizar. Informou que os nossos territórios têm servido para essa coesão territorial, mas continuam a despovoar-se porque têm tido medidas e programas paliativos que não têm ajudado verdadeiramente estes territórios a fazerem mais investimento e a captar as nossas populações e os nossos jovens. Disse depois que assistiram, nos últimos anos, a um ataque feroz aos presidentes de câmara do nosso território e aquando da preparação sistemática dos Quadros Comunitários dizem que temos investimentos *per capita* superiores à média do País e também PIB *per capita* superior à média de outras zonas do nosso País, dizendo depois que, infelizmente, era esta a mentalidade que continuava a reinar nos decisores políticos, que centralizam e que continuam a levar dinheiro para as grandes áreas metropolitanas. O Senhor Presidente da Câmara aproveitou depois para dizer que, na negociação que fizeram para o próximo Quadro Comunitário, a nossa CIM, a CIM Douro, tinha sido das poucas que perdeu dinheiro, face àquilo que foi o Quadro Comunitário anterior, com base em regras injustas e na defesa de medidas que vinham da Europa, mas disse que fazem os possíveis e lutam dentro daquilo que são as suas possibilidades para melhorar esta situação. Contudo, disse que muita justiça está por fazer e que começa naquilo que são as principais medidas e que muito dinheiro que vai para a coesão territorial vai para financiar os metros, pontes, aeroportos, ou seja, os grandes investimentos no Litoral. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara disse que têm permitido, nos últimos trinta a quarenta anos, que as grandes empresas que exploram os grandes recursos naturais no nosso território, não paguem IMI, nem DERRAMA e não paguem nenhum tipo de impostos, dando depois o exemplo de uma empresa que está em Alfândega da Fé e que explora o Parque Eólico da Serra de Bornes. Informou que esta empresa não quer pagar IMI e que tinha reclamado porque não quer pagar o IMI que a Autoridade Tributária lhe apresentou para pagar e mudaram a sede da empresa para o Concelho de Macedo de Cavaleiros porque também não



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

querem pagar a DERRAMA e não querem deixar algum dinheiros dos seus lucros no nosso território. Para além disso, disse que não pagam as taxas de utilização do nosso solo e explicou que o Município tinha este assunto em Tribunal há alguns anos a litigar com a convivência e com o consentimento do quadro legal, que permite que estas empresas não paguem estes impostos e estes tributos que são devidos ao nosso território. Disse ainda que, á semelhança da questão do IMI do Parque Eólico, também está a acontecer o mesmo nas Barragens, pois também não querem pagar IMI. O Senhor Presidente da Câmara disse depois que tem esperança de que com a força que os senhores deputados da Assembleia da República estão a fazer, esse pagamento venha a acontecer e seja feita justiça no nosso território. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, deu por concluída a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal. No entanto, informou que a Mesa pretendia associar-se aos votos de congratulação pelos sucessos desportivos da ARA e também pela congratulação ao projeto Greenvalue, à Associação Musical de Alfândega da Fé que, neste dia, também estava de parabéns pelo seu aniversário e também pela eleição de um português para o Conselho Europeu. Depois enviou uma mensagem de rápida recuperação para a Senhora Vice-Presidente da Câmara, passando depois a palavra à senhora primeira secretária, **Carla Franco**, que procedeu, de imediato, à leitura da minuta da ata. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito de imediato. -----

----- A minuta da ata foi aprovada por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro deputados presentes. -----

----- Para finalizar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao público que acompanhou esta sessão de forma presencial e através das redes sociais. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária

(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária

(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por unanimidade, dos presentes, na sessão da Assembleia Municipal de 30 / 07 / 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária

(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária

(Domitila de Fátima Morais Branco)